

A BNCC E O ENSINO DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I: desafios para a prática docente

NASCIMENTO, Francisca Marceline Cavalcante do¹
BEZERRA, Maria Irinilda da Silva²

RESUMO: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento oficial que busca organizar o currículo escolar brasileiro, orientando o trabalho pedagógico em todos os âmbitos do conhecimento, desde o Ensino Infantil até o Ensino Médio. O presente artigo, tem como objetivo discutir as dificuldades enfrentadas pelos professores do Ensino Fundamental I ao aplicarem as diretrizes da BNCC no ensino de História. Este estudo, adotou uma abordagem totalmente qualitativa, com caráter documental e bibliográfico, tendo como fontes de pesquisa artigos/produções acadêmicas relacionadas ao tema, Leis e a própria Base Nacional Comum Curricular. A pesquisa apontou a permanência de práticas eurocêntricas e dificuldades como falta de formação continuada, ausência de recursos e linguagem complexa da BNCC. Conclui-se, que a implementação da BNCC na prática docente ainda apresenta dificuldades, que se não forem resolvidas acabarão contribuindo para a perpetuação de um ensino de história totalmente tradicional.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC, Dificuldades, Professores, Ensino Fundamental I.

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento normativo que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2017, ela estabelece as competências e as habilidades que todos os alunos do país devem desenvolver durante o seu percurso na educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)” (FERREIRA; MACEDO; SANTOS, 2023, p. 126).

No Ensino Fundamental I, dentro da disciplina de História, a BNCC propõe uma abordagem que seja mais crítica e inclusiva, buscando valorizar a diversidade cultural, social e étnica existentes no Brasil. Este documento acaba servindo como guia para os estudos de diferentes grupos sociais, como os povos indígenas, a população negra, as mulheres e outros sujeitos que, por muito tempo, foram apagados dos livros didáticos e das aulas.

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia, Bolsista do PIBID, Universidade Federal do Acre, *Campus-Floresta*, francisca.marceline@sou.ufac.br.

² Maria Irinilda da Silva Bezerra. Doutorado em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense/UFF. Professora Associada da Universidade Federal do Acre/Campus Floresta no Centro de Educação e Letras, Curso de Pedagogia, maria.irinil@ufac.br.



Porém, cabe ao professor de história, colocar em ação todas essas exigências da Base, isso significa que ele precisa levar em consideração alguns aspectos essenciais, como organizar atividades que favoreçam a todo o custo o desenvolvimento do pensamento crítico do aluno, fazer com que os mesmos participem ativamente desse processo de construção do seu próprio conhecimento, levando em conta ainda, a realidade das escolas e dos educandos.

Considerando isto, surge a seguinte problemática: existem desafios para os docentes aplicarem as habilidades e as competências, exigidas pela BNCC dentro da sala de aula no ensino de história? Diante disso, este trabalho tem como objetivo discutir as dificuldades enfrentadas pelos professores do Ensino Fundamental I ao aplicarem as diretrizes da BNCC no ensino de História. Este estudo, adotou uma abordagem totalmente qualitativa, com caráter documental e bibliográfico, tendo como fontes de pesquisa artigos/produções acadêmicas relacionadas ao tema, Leis e a própria Base Nacional Comum Curricular.

Para isso, serão abordadas algumas habilidades desse documento, bem como a visão de autores da área da educação, como Oliveira (2012), Brasil (2003), Brasil (2008), Brasil (2018), Viana (2020), E-DOCENTE (2019), Bittencourt (1993), Saviani (2008), Tardif e Lessard (2013), Ferreira (2006), Libâneo (2013), Moran (2015), que contribuíram para entender melhor essa realidade pesquisada. Ao longo desta discussão, buscaremos compreender e analisar esses possíveis problemas que dificultam a implementação do que é proposto na Base (2018) pelos educadores brasileiros em suas aulas no ensino de história.

O trabalho encontra-se dividido em seções que se articulam entre si, para uma maior compreensão do estudado, contando com uma introdução que apresenta de forma bem sucinta a contextualização do tema, seguido pela explicação do que será desenvolvido no corpo do trabalho. Apresenta uma breve metodologia que explica como o trabalho foi desenvolvido, bem como os instrumentos selecionados para coleta e análise dos dados. Seguido dos resultados e discussões onde serão apresentados os autores que dão embasamento e confiabilidade para a realização desta pesquisa, contando ainda, com as considerações finais que mostraram as sínteses das principais ideias discutidas ao longo do texto, finalizando com os agradecimentos que temos a declarar a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) e ao Programa Institucional de Bolsa de



Iniciação à Docência (PIBID), por todo o auxílio recebido ao longo do processo de elaboração desse estudo.

2 METODOLOGIA

Este estudo, adota uma abordagem totalmente qualitativa, uma vez que, busca investigar a qualidade do ensino de história nas escolas brasileiras da educação básica, levando em conta os desafios para as práticas docentes, ao aplicarem as habilidades e competências da BNCC dentro dos contextos reais. Como afirma Oliveira (2012, p. 14): “A abordagem qualitativa é compreendida como um processo de reflexão e análise da realidade, utilizando métodos e técnicas que permitem uma compreensão detalhada e aprofundada do objeto de estudo”, este tipo de abordagem não busca compreender somente os resultados da pesquisa, mas também, entender as experiências humanas, principalmente as escolares.

O presente trabalho, teve sua pesquisa desenvolvida por meio de um levantamento bibliográfico e documental, foram utilizados como fontes de pesquisa bibliográfica alguns artigos/produções acadêmicas relacionadas ao Ensino de História no Ensino Fundamental I, e como fontes de pesquisa documental a própria Base Nacional Comum Curricular, a Lei nº 10.639/2003 e a de nº 11.645/2008.

As produções acadêmicas analisadas foram coletadas nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e Cadernos de Pós-graduação da Universidade Federal de São Paulo (USP), sendo utilizados descritores relacionados ao tema para localizar e selecionar tais produções. A partir desta busca foram selecionados como fontes de pesquisa dez (10) artigos publicados entre 2010 a 2021, por terem uma relevância sobre o Ensino de História, porém destes artigos selecionados, apenas três (3), foram citados diretamente neste estudo, por serem os mais relevantes para a temática abordada.

Após a seleção e pré-leitura do material selecionado, procedemos com a releitura e a análise desses documentos e artigos para a coleta de dados, buscando compreender como os princípios e diretrizes que são estabelecidos pela Base (2018) e pelas leis citadas, são colocados em prática no Ensino de História, pelos educadores em suas aulas e quais obstáculos existem nesse processo.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisarmos a BNCC, observamos que ela propõe uma abordagem mais crítica e plural ao longo da história, valorizando a diversidade cultural, étnica e social existentes no Brasil. Ela propõe que os professores abordem temas como culturas indígenas, afro-brasileiras e a história das mulheres desde os primeiros anos. No entanto, se analisarmos o atual cenário em que se encontra a educação pública do país, é muito comum, que possamos encontrar educadores da educação básica enfrentando diversos desafios ao colocarem em prática o que se exige na BNCC, de modo que, precisam alinhar os conteúdos, as habilidades e as competências com as suas práticas metodológicas.

Durante muito tempo, o Ensino de História no Brasil apresenta características eurocêntricas, pautando-se principalmente pelas premissas francesas da História da Civilização (Viana, 2020, p. 73), desse modo, o currículo escolar brasileiro acaba se voltando totalmente para esses padrões europeus, valorizando seus eventos, valores e modelos sociais como padrão de referência. Essa perspectiva, acaba minimizando e/ou excluindo os grupos marginalizados, como negros, indígenas, mulheres e camponeses, retratando apenas uma pequena parcela da realidade brasileira.

A autora, ainda argumenta que:

Afinal, a visão eurocêntrica secularmente incrustada dificulta uma interpretação mais autóctone das sociedades americanas, africanas e asiáticas, que eleja como critério de referência crítica as formulações promovidas pelos sujeitos e grupos que nelas vivem, valorizando saberes e fazeres cotidianos (Viana 2020, p. 74).

Diante disso, observa-se que no cenário atual, muitos educadores mantêm uma perspectiva enraizada em uma história eurocêntrica e factual, já que foram educados a partir de um ponto de vista europeu, o que dificulta a transição para uma perspectiva nova, mais interpretativa e inclusiva, sobre as diversas culturas e sociedades existentes.

Muitos professores, não tiveram em sua formação inicial, acesso a abordagens que considerassem a diversidade cultural e histórica de maneira crítica. O resultado é um ensino ainda muito preso à ideia de que História é feita apenas por grandes feitos e nomes consagrados. Como aponta Demerval Saviani (2008, p. 14):



“A escola pode e deve proporcionar a superação das desigualdades sociais mediante uma prática pedagógica que seja, ao mesmo tempo, crítica e comprometida com a transformação social”.

De maneira análoga, o site E-DOCENTE (2019) enfatiza: “O livro didático ainda é o recurso mais utilizado pelos professores da educação básica, embora não seja o único”. Percebe-se que muitos docentes ainda tem o livro didático como o único recurso pedagógico, embora ele seja um material muito relevante para o Ensino de História, seu uso exclusivo pode acabar impedindo um estudo aprofundado dos fatos históricos, pois, segundo Circe Bittencourt (1993, p. 297): “os livros didáticos acabam difundindo o ‘ideal’ europeu como padrão a ser incorporado pela nossa juventude”.

Além disso, muitos livros didáticos, ainda carregam consigo vários estereótipos, que mostram imagens de indígenas nus, com arcos e flechas, reforçando a ideia de que são “atrasados” ou “selvagens”, em outros, a maioria dos heróis históricos são homens, brancos e de classe alta, as mulheres são pouco representadas e, quando aparecem, geralmente são ligadas ao papel de “mãe” ou “esposa”, apagando suas participações políticas, sociais e econômicas.

Como enfatiza a pesquisadora Circe Bittencourt (1993, p. 76): “Os livros didáticos, historicamente, reforçam estereótipos culturais e sociais, muitas vezes com imagens e discursos que consolidam preconceitos e uma visão única da história”. A valorização desse importante grupo social, no entanto ainda é bastante negligenciada, devido um currículo que valoriza uma história eurocêntrica em detrimento do apagamento da história de outros sujeitos.

Com base nisso, é criada a Lei nº 10.639/2003, promulgada em 09 de janeiro de 2003 que determina a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino (BRASIL, 2003). Posteriormente surge a Lei nº 11.645/2008, esta atende aos critérios da Lei anterior, porém obriga também a inclusão da história e da cultura indígena nos currículos da educação básica (BRASIL, 2008). Elas foram criadas com o objetivo de valorizar a contribuição dos negros e dos indígenas na formação da sociedade brasileira, combater o racismo e promover a igualdade racial.

Afim de minimizar esses impactos, e obedecer ao que pedem as Leis, a BNCC (2018, p. 415) propõe que o professor trabalhe habilidades como a EF05HI04



- associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade; EF05HI05 - associar o conceito de cidadania à conquista de direitos dos povos e das sociedades. Ao trabalhá-las em sala de aula, o educador instiga nos seus educandos valores como, justiça, respeito, empatia e valorização desses povos desde cedo.

No entanto, colocá-las em prática nem sempre se torna algo fácil, principalmente se tratando do cenário caótico em que se encontra a educação brasileira, onde o docente enfrenta diariamente, falta de recursos e de formação continuada, preconceitos e estereótipos enraizados por parte de alguns alunos.

Sob o mesmo ponto de vista, um outro fator bastante pertinente no contexto educacional, é a falta de recursos didáticos atualizados. No Brasil, diversas escolas enfrentam a escassez de recursos financeiros, o que acaba impactando diretamente a falta de materiais pedagógicos, desse modo, os docentes se veem 'obrigados' a utilizarem somente o livro didático, por ser o único recurso disponível no local.

A própria BNCC (2018, p. 17) cita em seus documentos normativos a importância de: "Selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender". A falta desses recursos, acabam dificultando a prática docente e conseqüentemente o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, pois, a própria Base Nacional, estipula que o professor deve trabalhar com diferentes materiais didáticos, para que ajudem a instigar a curiosidade e potencializar ainda mais o conhecimento dos educandos.

Tardif e Lessard (2013, p. 113) destacam que fatores materiais e ambientais como a insuficiência de material adequado, a falta de equipamento informático e a insuficiência de recursos financeiros tornam o trabalho docente mais pesado ou difícil.

Diante disso, se torna quase impossível o educador brasileiro atender essa demanda da Base Nacional Comum Curricular (2018), sendo que a escola não tem recursos para investir em materiais, e os professores também não conseguem arcar com esses custos, visto que recebem um salário muito baixo, servindo apenas para subsidiar o sustento de suas famílias.

Consoante a isso, outro problema que assola a concretização do que é proposto pela BNCC (2018) na prática, é a falta de oportunidades que os educadores encontram para realizarem uma formação continuada, que trabalhe os



princípios normativos da BNCC (2018) por inteiro, pois, sua linguagem por si só é complexa. Segundo Ferreira (2006, p. 20): “Formação continuada hoje precisa ser entendida como um mecanismo de permanente capacitação reflexiva de todos os seres humanos às múltiplas exigências/desafios que a ciência, a tecnologia e o mundo do (não) trabalho colocam [...]”.

Muitos educadores sentem dificuldades em interpretá-la, conseqüentemente não conseguem preparar suas aulas alinhadas a ela, o que pode muitas vezes gerar o sentimento de insegurança e insuficiência nos educadores na hora de formar cidadãos críticos e construtores de seu próprio conhecimento. Então, muitos deles recorrem aos métodos tradicionais, por ser um meio mais “fácil” e também por já terem costume e conhecimento, no caso a utilização do livro didático.

Como enfatiza o autor José Carlos Libâneo (2013):

As reformas curriculares exigem dos professores mudanças de postura, atualização teórica e domínio de novas metodologias, mas nem sempre são acompanhadas de investimentos na formação continuada, o que gera insegurança e dificuldades na prática pedagógica.

Além disso, a Base (2018) requer em muitas habilidades e competências, o uso de tecnologias digitais durante as aulas, a Competência Específica de nº 7 da disciplina de história nos anos iniciais traz isso bem explícito: produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável. Porém, na zona rural, por exemplo, as escolas enfrentam a falta de internet e outros equipamentos digitais, ainda por cima, alguns educadores não passaram por formações que os capacitassem a utilizar estes equipamentos.

Com isso, eles tendem a passar por um enorme problema ao tentarem aplicar esses pontos da BNCC (2018) na sua prática docente, como enfatiza o autor José Manuel Moran (2015, p. 3): “Muitos professores não foram preparados para trabalhar com as novas linguagens digitais e enfrentam sérias dificuldades em escolas que nem sempre oferecem os recursos mínimos para o uso das tecnologias”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta análise, é possível afirmar que a BNCC (2018), representa um marco importante na tentativa de estabelecer uma Base Comum para o ensino de História em todo território nacional. No entanto, vemos que a sua implementação na prática docente ainda apresenta inúmeros desafios, como nos mostra a pesquisa



bibliográfica, muitos docentes ainda tem uma formação baseada em uma história eurocêntrica e factual, falta de formação continuada, ausência de recursos didáticos e linguagem complexa da BNCC (2018), que acabam contribuindo em um ensino de história tradicional. Dessa forma, o ensino de história ainda enfrenta a difícil tarefa de promover uma abordagem crítica, plural e democrática, muitas vezes em contextos marcados por resistências políticas e institucionais.

Portanto, mais do que seguir uma prescrição curricular, o desafio está em construir práticas pedagógicas significativas, que respeitem a diversidade e estimulem o pensamento crítico dos alunos, tornando o ensino de História como uma ferramenta essencial para a formação cidadã.

5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho contou com a colaboração da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) em parceria com o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID).

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. 1993. 383 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1993.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 mar. 2026.

E-DOCENTE. **A importância do livro didático na prática pedagógica**. Escola. 24



set. 2019. Disponível em: <https://www.edocente.com.br/importancia-do-livro-didatico-na-pratica-pedagogica/>. Acesso em: 20 mar. 2026.

Ferreira, N. S. C. **Formação continuada e gestão da educação no contexto da “cultura globalizada”**. In: Ferreira, N. S.C. (Org.). Formação Continuada e Gestão da Educação. (2ª ed.): Cortez. 2006.

FERREIRA, S. S. S.; MACEDO, M. L. L.; SANTOS, J. S. **Prática docente à luz das contribuições teórico-metodológicas da BNCC e o ensino de história**. Humanidades & Inovação, v. 10, n. 12, 2023.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2015.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

VIANA, C. A. **Perdura o eurocentrismo no ensino de história?** Cadernos de Pós-graduação, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 73-85, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v19n1.14913>. Acesso em: 19 mar. 2026.